

ONDE ESTAMOS E O QUE QUEREMOS

35 opiniões sobre Economia, Educação, Saúde, Segurança Pública e outras seis áreas fundamentais para impulsionar transformações no País

por CARLA MATSU, DIOGO MESQUITA, GONÇALO JUNIOR, LUANA SCHABIB, MARCELO PINHEIRO, MARCOS GRINSPUM FERRAZ E VINÍCIUS MENDES

ECONOMIA

Com o lançamento do Real, em junho de 1994, o País saiu de uma inflação que chegou a **46,58%** ao mês. Até aquele período, a inflação acumulada foi de **763,12%** (ao ano) e **5.153,50%** (últimos 12 meses). De lá para cá, a realidade mudou muito. Em números de 2013, entre as **20** mais poderosas economias mundiais, o Brasil tem hoje inflação de **6,05%** (dados do IBGE de julho). Na Argentina, é de **25%**; na Índia, **10,8%**; Indonésia, **8,6%**; e África do Sul e Rússia, **6,4%**. Nossa taxa de desemprego, desde 2012 está abaixo de **6%**, melhor que outras economias fortes: Estados Unidos (**6,1%**), Reino Unido (**6,5%**), França (**10,10%**), Itália (**12,3%**). Depois de encerrar 2013 acima da barreira de **R\$ 2 trilhões**, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim deste ano entre **R\$ 2,17 trilhões** e **R\$ 2,32 trilhões**, segundo o Tesouro Nacional, ocupando a **27ª** posição entre as maiores. Os EUA são os líderes (1,5,98 trilhões), seguidos por Reino Unido (US\$ 9,34 trilhões) e Alemanha (US\$ 5,56 trilhões). O País tem o **7º** maior PIB, atrás de EUA, China, Japão, Alemanha, França e Rússia.

“A razão do baixo crescimento desde a estabilização da inflação foi o fato de que, entre 1990 e 1992, o País fez a abertura comercial e financeira, desmontando a neutralização da doença holandesa (relação entre exportação de recursos naturais e declínio do setor manufatureiro). Isso significou apreciação da taxa de câmbio de cerca de 25%, o que desconectou as boas empresas industriais de seus mercados. A neutralização da doença holandesa deveria ser feita através de imposto sobre as exportações das *commodities* de cerca de R\$ 0,60 por dólar. Mas isso não é viável no curto prazo. No entanto, a neutralização só em relação ao mercado interno pode ser feita através da elevação das tarifas aduaneiras, que deve ser prioridade do governo.”

LUIS CARLOS BRESSER-PEREIRA

É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas e presidente do Centro de Economia Política. Foi ministro da Fazenda (1987), da Administração e Reforma do Estado (1995-98) e da Ciência e Tecnologia (1999)

“A economia está em uma situação desconfortável. O déficit nominal é alto. A relação dívida bruta/PIB é alta também. A taxa de inflação namora com o teto da meta há algum tempo. Déficit em contas-correntes é muito alto. Tudo pode ser corrigido. O apocalipse não nos espera na esquina.”

ANTÔNIO DELFIM NETTO

Economista, ex-ministro da Fazenda (1967-74) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (1979-85)

“O governo deveria desvalorizar o dólar, melhorar o ambiente regulatório e atrair investimentos. Para combater a inflação, é preciso uma política fiscal, com superávit primário acima de 3% do PIB, e desindexação de preços que ainda refletem para o futuro a inflação inercial do passado. Outras medidas seriam a reforma tributária, a reforma política e a da Previdência.”

ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA

Economista, ex-diretor da área internacional da Fiesp e presidente da consultoria Kaduna

“A indústria não cresce.

É um processo parecido ao que aconteceu nos EUA. No nosso caso, a valorização cambial tornou mais caro produzir no Brasil, além da crise argentina, que limitou o mercado de carros. Também é preciso corrigir erros de política econômica, como o etanol, que deixou de ser interessante por causa da falta de reajuste da gasolina, afetando, consequentemente, o caixa da Petrobras.”

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Economista e professor titular do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

“A crise mundial de 2008 alterou o comportamento dos mercados e das economias ao redor do mundo, resultando em menor demanda mundial por produtos industriais e *commodities*. O setor industrial tem apresentado os sintomas mais dramáticos. Medidas que proporcionem a recuperação do setor serão bem-vindas.”

MARCEL CAPARAZZ

Economista da RC Consultores

EDUCAÇÃO

A aprovação e a sanção do Plano Nacional da Educação (PNE), em junho, estabeleceram o início de uma reforma no sistema educacional brasileiro, um dos poucos consensos entre políticos e sociedade civil. O País ainda tem posições ruins nos rankings mundiais. Entre 87 países, é o **79º** na tabela de analfabetismo, com **10%** de pessoas nessa situação, segundo a UNESCO. Ocupa a **49ª** nação que mais gasta com Educação, com **5,8%** do PIB. Cuba é o melhor latino-americano do ranking (**12,8%** do PIB) e Lesotho, país africano, está na liderança nesse quesito (**13%**), de acordo com relatório da Central de Inteligência Americana. A melhor universidade brasileira, a USP, é considerada a **131ª** mais bem avaliada pelo Center for World University Rankings, que pontua as melhores instituições de ensino superior do mundo.

“O desafio para a educação nos próximos anos é a implementação do Plano Nacional de Educação, sancionado em 2014 pela presidenta Dilma Rousseff. São duas demandas que devem constar da agenda do próximo administrador do País: a universalização da pré-escola, do ensino fundamental e do ensino médio, replicando em metas que permitam o acesso de crianças de 4 a 17 anos nas escolas; e a determinação de metas orçamentárias para o PNE, avaliando que nível estamos e, principalmente, dando o primeiro passo na organização da meta. O desafio da Educação precisa ser, enfim, também uma agenda de Estado.”

DANIEL CARA
Coordenador da
Campanha Nacional do
Direito à Educação

“Temos muitos problemas, mas estamos caminhando e a tendência é só melhorar. Precisamos ampliar o atendimento, melhorar as condições físicas das escolas no interior do País, ampliar o universo sociocultural do professor e fixá-lo nas escolas com jornadas integrais e tempos específicos para estudos. Devemos discutir o número de alunos por sala e dar formação única para os professores que precisam de cursos universitários para ter um padrão de qualidade. Estamos saindo da situação de pobreza agora e ainda tropeçamos em questões desse tipo: como o aluno vai aprender se está com fome ou se precisa andar mais de uma hora para chegar à escola? São situações que ainda existem no Brasil afora.”

SAMIRA ZAIDAN
Professora da Universidade Federal
de Minas Gerais e ex-diretora
da Faculdade de Educação (FaE)

“O principal desafio e os objetivos para um futuro breve é proporcionar uma educação de qualidade para todos, onde a renda das famílias não seja determinante para a escolaridade das pessoas. Se pegarmos as médias dos indicadores sociais, o Brasil abriga pessoas com condições para uma educação acima dessas médias e outras muito abaixo delas. Portanto, a média esconde diferenças. Se meu filho tem de aprender a ler no primeiro ano, o filho da pessoa mais pobre precisa aprender a ler no primeiro ano. Devemos criar uma agenda que foque em programas aos mais pobres, porque eles necessitam de acesso maior às escolas. Precisamos entender o que compõe o perfil de um bom professor. Ainda temos profissionais com formação a distância ou improvisados de outras áreas.”

PAULA LOUZANO
Doutora em Educação pela
Universidade de Harvard e pesquisadora
da Universidade de São Paulo

“O Brasil teve avanços nos últimos anos. Os mais significativos são a inclusão do programa de creches no FUNDEP e a aprovação do Plano Nacional de Educação. A educação superior expandiu, mas fortaleceu a privatização das instituições e não melhorou, de fato, a qualidade do ensino universitário, ainda que o segundo governo Lula tenha dado atenção ao tema. É preciso reconhecimento social e econômico do professor, que pega seu diploma e não quer dar aulas. Por quê? Porque não é interessante. Então, diria que o lugar aonde queremos chegar é uma melhora considerável na formação desses profissionais e no reconhecimento do trabalho em todas as esferas e ampliação do atendimento e da qualidade.”

JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO
Professor da FFLCH de Ribeirão Preto (SP) e criador do índice CAQI

SAÚDE

A expectativa de vida no Brasil passou de **66 anos** na década de 1980 para **74 anos** em 2012, colocando o País na **82ª** posição em ranking da OMS, que é liderado pelo Japão: **84 anos**. Em mortalidade infantil, não estamos distantes dos primeiros colocados, com **1,6%** de mortes de crianças até 5 anos, proporcionalmente à população. A Estônia lidera com **0,4%** de mortes. Nos gastos com o setor, o Brasil fica para trás, na **47ª** colocação mundial, com **8,9%** do PIB destinados à área, distante da Costa Rica, melhor país latino, com **10,9%** do PIB, e da Libéria, na África, que usa **19,5%** do que produz para cuidar dos seus doentes.

“A saúde pública brasileira já é um exemplo para o mundo com o SUS, programa bem-sucedido, apesar de tudo o que se fala. Na medida em que ele avança, surgem novos programas inteligentes. O Brasil reduziu a mortalidade infantil e a mortalidade materna. Na área psíquica, onde trabalho, é também um bom exemplo. Acredito que precisamos melhorar o volume de orçamento destinado ao setor, o preconceito em relação à saúde das mulheres e à AIDS, sobre a forma como as drogas agem e como a legislação não contribui para isso. Enfim, fazer outros programas ainda é um desafio. Tem também o problema das universidades: A USP não abre novas vagas para os cursos de medicina desde 1958 e forma cerca de 180 doutores por ano, número pequeno se comparado ao tamanho do País. As universidades não se preocupam, mas deveriam se preocupar.”

ANTONIO LANCETTI
Psicanalista

“Os principais desafios são ampliar a atenção à saúde para toda a população, melhorar a qualidade com equipes multiprofissionais mais qualificadas e diversificadas nas especialidades. Também precisamos enfrentar os planos de saúde, que limitam direitos ao atendimento, oneram o sistema público e contam com isenção tributária, mas têm força política para manter esse padrão de conduta. É preciso enfrentar a judicialização da saúde – ações que obrigam atendimento a procedimentos de alto custo, fora de critérios prioritários para sistemas públicos de saúde, e ampliar o ensino e a capacitação a distância. Além disso, instituir o serviço de saúde civil obrigatório para os profissionais, em particular para categorias com carência de médicos, em centros periféricos, como a residência em serviços público, que já começou, mas ainda é limitada.”

UBIRATAN DE PAULA SANTOS
Pneumologista do InCor e membro do Conselho da Escola de Sociologia e Política de São Paulo

“Estamos vivendo uma crise e um dos principais motivos está nos pequenos orçamentos que temos. A União transferiu, na Constituição de 1988, a responsabilidade do setor para os municípios, mas não repassa o dinheiro necessário para que exista o mínimo de qualidade. O Brasil gasta hoje menos com saúde do que Argentina, Chile, Uruguai e alguns africanos. E sem dinheiro não se faz saúde. Viajo bastante pelo Nordeste e vejo o caos que está. Não há leitos em enfermarias e UTIs. Isso sem falar nas filas de anos para cirurgias e exames. Espero que o próximo presidente tenha abertura para conversar com entidades, conselhos e grupos da área de saúde – e não apenas médicos – para ouvi-los com atenção porque quem cuida da saúde do País hoje são burocratas que nunca fizeram um plantão na vida.”

JOSÉ MARIA ARRUDA PONTES
Presidente do Sindicato dos Médicos do Ceará

“O que mais me chamou a atenção no Brasil é como as pessoas – nos locais mais afastados dos grandes centros – são necessitadas de atenção médica. E são pessoas carentes de recursos, que nunca tiveram acesso a serviços médicos de qualidade. Por isso, ficam até emocionadas quando se veem próximos de um profissional de Medicina. É possível dizer que estamos aqui mais por uma questão humanitária do que pelo dinheiro. Não é o dinheiro que deve nos motivar a ficar no Brasil. Então, acredito que a saúde brasileira precisa ser, neste momento de melhoras, concedida para a população mais pobre, que realmente tem acesso restrito a qualquer tipo de atendimento.”

LÁZARO RIVERA
Médico cubano em Coronel Fabriciano, Minas Gerais

SEGURANÇA PÚBLICA

○ Brasil tem a 4ª maior população carcerária do mundo: **711.463** presos (dados de junho do Conselho Nacional de Segurança). Os EUA lideram, com **2,24 milhões**, seguidos pela China (**1,64 milhão**) e Rússia (**740 mil**). Estudo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, divulgado em abril último, aponta que, no Brasil, ocorrem **11,4%** do total de crimes de morte do planeta. Das **437 mil** pessoas assassinadas, em 2012, em **219** países e territórios, **50.108** foram mortas no Brasil. Em seguida, apreço o México com **26.037**. A taxa nacional é de **25,2** assassinatos a cada **100 mil** habitantes, número **4** vezes maior que a média mundial, de **6,2/100 mil** pessoas. Outra má notícia: só **6%** dos responsáveis pelos homicídios registrados nas delegacias até o final de 2007 foram encaminhados ao Judiciário.

“A Segurança Pública deve ser tratada como prioridade, assim como a Saúde e Educação. Sem esse tripé, base de qualquer nação do primeiro mundo, não se desenvolve um país. No Brasil, a questão da segurança é levada de maneira díspare, dependendo da boa vontade de um governante. É necessário investir em formação de capital humano, nos campos técnico e humanístico. Deveria ainda ter uma política federal de redução de assassinatos e parar de empurrar a questão com a barriga, já que os Estados não têm condições orçamentárias para isso.”

RICARDO BRISOLLA BALESTRERI
Ex-secretário Nacional de Segurança Pública
entre 2008 e 2010

“Na última década, a situação melhorou, mas ainda há o que ser feito. Está claro que a segurança não pode ficar só nas esferas estaduais. Além disso, o governo deveria investir mais nas fronteiras, portos e aeroportos, estabelecer estratégias específicas para esses pontos, por onde entram e saem drogas, contrabando em larga escala e tudo o que alimenta o crime organizado. Um caminho seria criar uma divisão exclusiva da Polícia Federal, com plano de carreira para que os policiais se especializem. Não é papel do Exército, por exemplo, cuidar de questões que são de polícia, como o tráfico de drogas nos morros do Rio de Janeiro. As Forças Armadas existem para cuidar da segurança do País.”

GUARACY MINGARDI
Ex-subsecretário Nacional de Segurança Pública e
assessor da Comissão Nacional da Verdade

“Medidas práticas terão de ser tomadas. Não basta apenas dar dinheiro a estados e municípios. Deve-se estabelecer pontos prioritários e liderar um pacto para colocar a discussão no Congresso o mais rápido possível. Para tanto, será necessário reunir forças para diluir os lobbies que vão surgir no momento em que interesses específicos sejam contrariados. Eleger a segurança pública como prioridade é um desafio importante. Temos de colocar na cabeça que precisamos reduzir os assassinatos e estupros no País, mas sem iniciativas apenas para causar impacto midiático.”

RENATO SÉRGIO DE LIMA
Vice-presidente do Fórum Brasileiro
de Segurança Pública

“A Segurança Pública no Brasil tem de passar por uma discussão séria sobre a legalização das drogas, o que poderia ser uma prioridade para o próximo governo. Tem-se a ideia de que esse é um tabu, um tema ‘imexível’, e quem toca no assunto é logo taxado de defensor e incentivador do consumo. Mas é um caminho para reduzir muito a demanda por segurança, uma vez que o tráfico consome muito do orçamento e do recurso humano da polícia. Tem de ser um debate aberto com a sociedade, como aconteceu no Uruguai e em alguns estados americanos.”

HUMBERTO BARRIONUEVO FABRETTI
Doutor em Segurança Pública, professor de Direito Penal, Criminologia e Direito Processual Penal
na Faculdade Mackenzie, e coautor do livro Crime Organizado (Ed. Saraiva)

**CIÊNCIA E
TECNOLOGIA**

Desde 2000, o Brasil é o país da América Latina que mais investe no setor. De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2012, foram **R\$ 76 bilhões, 1,74%** do PIB, o maior em 12 anos. A Argentina, no mesmo período, disponibilizou US\$ 4,63 bilhões. Apesar do crescimento, o País está atrás da China e Coreia do Sul, que investem de **3% a 4%** do PIB. Apesar da nossa evolução, o número de patentes ainda é incipiente. Cresceu de **17.283** para **30.116** de 2000 a 2012, representando **1,3%** do total produzido no mundo. Levantamento da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO), vinculada à ONU, feito entre os 20 maiores escritórios de concessão de patentes no mundo, o Brasil está atrás de outros países considerados referência em inovação. Os últimos dados de 2012 apontam que os EUA estão em primeiro lugar, com **2,2 milhões** de patentes, seguido do Japão, que tem **1,6 milhão**.

“Uma grande vantagem no cenário nacional é que, todos os estados, exceto Roraima, estão com fundações de apoio à pesquisa. Isso significa alertar cada governador de que a ciência é investimento e não gasto. Vejo isso como uma vitória da ciência, e isso vai ser um projeto de longo prazo. A expansão das universidades federais foi fundamental, só que leva tempo, o impacto não é no dia seguinte. O Brasil mudou e mudou para melhor. Mas o que nos preocupa é a falta de continuidade nas políticas. O recurso da FAPESP é direto. Por isso dá para fazer política de Estado, e não de governo. É o que falta para o Brasil. A CAPES, eu vejo como uma política do Estado brasileiro. Por isso, nossa pós-graduação chegou onde chegou. A direção da CAPES supera governos, é o que queremos. O financiamento precisa ter continuidade. Se olhar, os grandes países possuem projetos para muitos anos. Os nossos são muito curtos. Cortes no orçamento em ciência são cortes no próprio país, é permanecer como dependente.”

HELENA NADER

Presidente da Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência

“A ciência brasileira deu saltos extraordinários nas últimas décadas. Nós nos tornamos reconhecidos no mundo como importantes produtores de conhecimento. Em determinados segmentos, como a agropecuária tropical, alcançamos posição de liderança mundial em geração de conhecimento científico e, mais, na tradução desse conhecimento em inovações que alavancam o desenvolvimento e o protagonismo do País como produtor e exportador de alimentos. Infelizmente, essa relação entre avanço científico e geração de inovações, capazes de alavancar o desenvolvimento não alcançou outros segmentos industriais do País. Ainda temos um passivo na tradução do conhecimento científico gerado nas universidades e centros de pesquisa em inovações que alavancam a competitividade da indústria. Neste momento em que o avanço tecnológico ocorre de forma vertiginosa, Isso é grave. Aqueles que ficarem para trás dificilmente vão conseguir se recuperar e alcançar os líderes. Conquistar posição de liderança no processo de inovação em momentos tão dinâmicos e desafiadores demanda estratégias cada vez mais aprimoradas de gestão em CT&I.”

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Presidente da Embrapa

“Nos últimos anos, a área de Ciência, Tecnologia e Inovação deu um grande salto no Brasil. E com o aumento do apoio da FINEP em empresas, testemunhamos um crescimento do interesse das empresas em aporte em inovação. Empresas que não tinham costume ou que inovavam esporadicamente agora têm demonstrado interesse em investir em P&D. Por um lado, temos um cenário positivo. Por outro, temos um cenário em que isso não é suficiente, apesar de todo o avanço que tivemos, em vários níveis tanto em ciência quanto em inovação nas empresas, ainda não é o bastante para colocar o Brasil em outro patamar de desenvolvimento. Isso quer dizer que temos um caminho longo a ser percorrido. O que a gente precisa fazer efetivamente para melhorar esse cenário é priorizar os grandes problemas do País, que são mobilizadores da economia e do desenvolvimento. Um dos temas para o Brasil é o pré-sal, que vai mobilizar toda uma cadeia produtiva. Temos de focar no investimento em inovação nessas áreas. Assim como o etanol. Não é porque vamos ter pré-sal, que vamos parar de depender de biocombustíveis.”

RODRIGO FONSECA

Diretor de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico da Finep

INTERNET

Existem duas questões latentes sobre comunicação pública envolvendo internet. Uma é a vitória e os novos desafios do Marco Civil, sancionado em abril, referência mundial de governança multissetorial e multilateral. A outra é a questão do acesso universalizado a ela, já que hoje somos **85,9 milhões** de internautas, ou seja **51%** dos brasileiros com mais de 10 anos, segundo a pesquisa TIC Domicílios, do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. O Índice Qualcomm da Sociedade da Inovação colocou o Brasil como o **4º** mais conectado proporcionalmente, entre **20** países da América Latina e do Caribe, atrás de Uruguai, Chile e Argentina. Em paralelo, segundo a medição da ComScore, o País é a **5ª** maior audiência na internet no mundo (**68 milhões** de usuários únicos), atrás da China, dos EUA, da Índia e do Japão. Os brasileiros gastam **29,7** horas por mês on-line. Essa é a maior média entre oito países da América Latina. A Pesquisa Brasileira de Mídia, da Secretaria de Comunicação da Presidência, que entrevistou **18 mil** brasileiros, revelou que **47%** da população tem o hábito de se informar pela internet, mas o meio campeão ainda é a TV, com **97%** dos entrevistados.

“O principal desafio é enxergar a questão da tecnologia e da juventude como essenciais para o desenvolvimento futuro do País. Existe uma onda de empreendedorismo jovem no Brasil, que não só precisa ser apoiada, mas ser a origem de um movimento transformador. Em outras palavras, entender que as tecnologias da comunicação e informação são parte essencial da infraestrutura e devem ser tratadas como tal. Outra medida é lançar um plano nacional de banda larga, que entenda que o País tem dimensões continentais e com isso pensar em como melhor incentivar a conectividade. Criar uma política econômica para atrair *data centers*. Além disso, conectar o País a redes de produção e pensamento globais, incluindo o envolvimento das universidades brasileiras em um processo de atração de talentos e internacionalização da criatividade. O Brasil não tem sequer uma cidade considerada como “Cidade Criativa” pela UNESCO. Outros países latino-americanos, como a Colômbia e a Argentina, estão nesse processo.”

RONALDO LEMOS

Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro e do Creative Commons no Brasil. Integra programa Navegador, da GloboneWS

“Nossa missão principal é defender os princípios básicos que nortearam a internet até hoje. Ela é um paradigma que trouxe rupturas. Mais que isso, na ordem de expansão da rede, de um início praticamente acadêmico, passamos a uma expansão em que a comunidade (segmento privado, governo, operadoras de telecomunicação e estruturas jurídicas e legislativas) passou a ser usuária e ser por ela afetada. Por isso, há agendas diferentes em ação no que tange à gestão da rede. A melhor prática deve ser multissetorial, dando espaço a todos. A entrada das redes sociais e o poder que as máquinas de busca alavancaram ainda mais seu crescimento, e o Marco Civil conseguiu cristalizar conceitos da rede – neutralidade, baixa barreira de entrada e privacidade dos usuários. Entre as rupturas que precisamos fazer está a compatibilização de legislações nacionais com o caráter sem fronteiras da rede. Além da mediação com as formas de serviços sobre ela, já que traz enormes impactos em modelos econômicos preestabelecidos.”

DEMI GETSCHKO

Conselheiro do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br) desde 1995, 1º brasileiro a entrar para o Hall da Fama da Internet

“Estamos na vanguarda internacional em termos de regulação da internet, mas atrasados em questão do acesso. Precisamos ter investimento para garantir que seja universalizado, políticas públicas de infraestrutura e de barateamento de custos. Ainda temos a demanda sobre a regulamentação da radiodifusão, uma agenda que ainda é muito importante. O Código Brasileiro de Telecomunicações é de 1962. Argentina, Uruguai e Equador já avançaram nessa atualização. Como não temos legislação que proíba a chamada propriedade cruzada, ou seja, que uma mesma empresa controle canais de rádio, TV, revistas e internet, isso permite com que grandes grupos, que já controlam a produção e difusão de informação, passem a ser também os produtores de informação na internet. Não dá para pensar que vamos ter uma comunicação democrática, se não trabalharmos essas questões em paralelo, para que diferentes opiniões também encontrem espaço na esfera pública midiática.”

BIA BARBOSA

Jornalista integrante da gestão 2013-2014 do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação

MEIO AMBIENTE E ENERGIA

Dos 178 países que estão na pesquisa de 2014 do *Environmental Performance Index* (EPI), o Brasil está no 77º lugar entre os que lidam melhor com o meio ambiente. A posição é ruim não só se comparada a países ricos, como Suíça (1º) ou Alemanha (6º), mas também a países com realidades socioeconômicas mais próximas, como Chile (29º) ou Egito (50º). No índice Clima e Energia, que trata de emissão de CO₂, intensidade de carbono e acesso a eletricidade, o País está em 57º lugar, atrás de países como Espanha (4º) e Noruega (10º), mas melhor do que o México (63º), a França (66º) e a Austrália (71º).

“A questão é como produzir a eletricidade que precisamos. A resposta dos técnicos é que temos de diversificar o sistema. Abandonar as hidrelétricas e fazer mais usinas térmicas não é solução. Existe a opção das usinas eólicas e a energia de biomassa, gerada a partir de madeira ou bagaço de cana. Seria preciso que o governo abrisse essas possibilidades. Para investir em hidrelétricas, precisa ser com reservatórios que deem conta das variações climáticas.”

JOSÉ GOLDEMBERG

Físico, ex-reitor da USP (1986-1990)
ex-secretário de Ciência e Tecnologia

“A agenda socioambiental precisa passar a integrar o centro da estratégia do País. As negociações sobre a mudança do clima deverão determinar providências que afetarão as economias do mundo e exigirão do Brasil uma revisão de sua estratégia de desenvolvimento. Há muito a ser feito, como programas para a produção de energias limpas, incentivo aos biocombustíveis, melhora socioambiental de projetos de infraestrutura, descarbonizar a agricultura, demarcação de terras indígenas...”

BETO RICARDO E MÁRCIO SANTILLI

fundadores do Instituto Socioambiental (ISA)

“Somos campeões mundiais em biodiversidade e poderíamos ser campeões em biotecnologia. Ou seja, a biodiversidade sendo uma das principais fontes de renda para fármacos, cosméticos, etc. Mas nosso modelo não é esse. Precisamos ter visão do território como um bem escasso. Há desmatamento porque tudo leva a isso. É bom negócio conservar? Não. Pode ser? Pode. Em muitos países é. O Brasil deveria ser um dos principais destinos de turismo de natureza do mundo. É um desperdício de potencial.”

CLAYTON LINO

Presidente da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

CULTURA

O vigor da indústria cinematográfica evidencia o processo transformador empreendido pela produção cultural do País nas últimas duas décadas. A criação da Lei Rouanet foi decisiva para a mudança. Aprovada em dezembro de 1991, já em 2008 tornou os recursos de captação dez vezes maiores: de **R\$ 135 milhões** para **R\$ 1,35 bi.** O êxito dessa ação tem inspirado países como Colômbia, Paraguai, Uruguai, Argentina, Costa Rica e Nicarágua. Por outro lado, de acordo com o IBGE, dos 5.565 municípios brasileiros, **91%** não têm salas de cinema, **80%** não possuem teatros e **70,4%**, jamais tiveram um centro cultural.

“Estou bastante animado com as conquistas. A cultura é o 4º pilar do desenvolvimento sustentável, atrás do econômico, social e ambiental. Nos últimos 12 anos, mais de 40 milhões de brasileiros passaram a ter acesso a bens de consumo. Mas também temos de oferecer a eles cidadania e investimento na formação cultural e educacional. A cultura poderá cumprir papel estratégico, caso se estabeleça como prioridade a relação que há entre ela, a educação, a informação e a inovação.”

SÉRGIO MAMBERTI

Ator

“Estamos em transição. A criação do Sistema Nacional de Cultura é bom exemplo porque busca distribuir melhor as verbas do governo e obriga estados e municípios a terem secretarias, planos, conselhos e fundos de cultura. Espero que programas sustentáveis como esse ganhem mais força. Para que esses projetos deem certo, é essencial a pressão da classe artística e também a aprovação da PEC 150, que visa triplicar os orçamentos de cultura na esfera federal, estadual e municipal.”

INTI QUEIROZ,

Linguista, filóloga, historiadora e produtora cultural. Desde 2007 produz o festival musical PIB – Produto Instrumental Bruto

“Espero que haja maior valorização das instituições ligadas à educação, arte e cultura. Precisamos destinar maiores aportes estruturais e financeiros aos eventos culturais já existentes. Para as artes visuais, são necessários dispositivos legais que obriguem o governo federal a dar apoio direto a artistas convidados para mostras internacionais. A União precisa articular forças para continuarmos mostrando ao mundo nossa riqueza cultural.”

MARCIO BOTNER

Presidente da Escola de Artes Visuais do Parque Lage (RJ)

ESPORTE

O esporte movimenta no País cerca de **R\$ 67 bilhões** ao ano, o equivalente ao PIB da Sérvia, de acordo com a Pluri Consultoria. Desse total, **53%** provém do futebol. Mas as perspectivas são boas: até 2016, ano da Olimpíada no Rio de Janeiro, a área poderá representar **2%** do PIB. Atualmente, esse número equivale a **1,6%** do PIB nacional, contra **2,1%** dos EUA. O Brasil tem **54** medalhas olímpicas de ouro, enquanto Cuba (referência latino-americana) tem **95** e EUA (referência mundial), **407**. Desde 2007, quando foi implementada a Lei do Incentivo ao Esporte, mais de **R\$ 850 milhões** já foram injetados no setor.

“A conquista de medalhas é consequência de uma gestão com visão a longo prazo. Não basta ter condições de sediar os Jogos Olímpicos. Existe a necessidade de criar um modelo de gestão com duração de, no mínimo, dois ciclos olímpicos. Para pensar em uma boa participação, é importante atrelar outras esferas que compõem o esporte no País. O esporte para todos, o esporte nas escolas e o trabalho de iniciação esportiva. A base da pirâmide está completamente esquecida.”

MARIA PAULA GONÇALVES DA SILVA, A MAGIC PAULA

Ex-atleta, criadora do Instituto Passe de Mágica

“O Comitê Olímpico Brasileiro fez nos últimos anos algo que eu chamo de ‘complexo de Mutley’, aquele personagem do desenho animado que só quer medalha. Não podemos priorizar uma prática esportiva por que teoricamente traria mais resultados expressivos para o País. Aqui, a gente acaba elitizando em busca do desempenho esportivo, quando deveria haver uma política pensando no esporte como jeito de viver melhor em todos os sentidos – saúde, educação, lazer, entretenimento.”

MAURO BETTING
Jornalista esportivo

“O esporte é tudo! É vida, saúde, segurança, educação. Se tivéssemos o poder público munindo a cidade na questão do esporte, acabaríamos tendo outra relação do ser social. O garoto passa a ter uma boa alternativa. Está faltando o apoio da máquina pública para a criação de mais projetos, principalmente nas áreas mais carentes. O esporte não é individual, sempre existe um time em qualquer modalidade. Nossos políticos precisam começar a fazer parte dessa equipe.”

NILSON GARRIDO
Ex-boxeador, comanda três academias abertas

MOBILIDADE URBANA

O Brasil já tem um automóvel para cada 4,4 habitantes, segundo dados do DENATRAN e estimativas populacionais do IBGE de 2013. São **45,4 milhões** de veículos. Há dez anos, a proporção era de **7,4** habitantes/carro. Estudo do Sindicato dos Fabricantes de Autopeças no Brasil, de março último, apontou que o País passou do **10º** para o **4º** maior em número de automóveis, atrás da Índia, dos EUA e da China. A malha metropolitana de São Paulo tem **75 km** de extensão e **4 milhões** de usuários diários (a previsão é dobrar esse número até 2020). A de Xangai tem **500 km** e média diária de **6,7 milhões** de passageiros.

“Havia esperança de que a mobilidade urbana no País passasse por um tratamento de choque e mudasse a mentalidade da privatização das ruas e espaços públicos pelos carros particulares, priorizando o bem-estar da maioria, com mais vias para o transporte público. O pedido ao próximo presidente é que ele unifique um conceito de ocupação urbana, que já está definido há 12 anos, e trate de modo diferente um ministério criado para dar acessibilidade, mas é ignorado.”

RENATA FALZONI
Fotógrafa, videorrepórter, bike repórter e cicloativista

“A especulação imobiliária joga os mais pobres para regiões distantes, o que agrava a situação do transporte e da mobilidade. Por isso, é preciso propor novas leis de regulação do mercado imobiliário, sem contar a aplicação efetiva das leis já existentes, como o Estatuto das Cidades. Além disso, a receita já é conhecida de todos: investimento pesado em transporte coletivo sobre trilhos e corredores exclusivos de ônibus em detrimento do transporte particular.”

GUILHERME BOULOS
Membro da Coordenação Nacional do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto)

“Para nós, do IAB, a questão é a defesa de uma política urbana urgente. O Ministério das Cidades não age orientado por uma política sustentável ambiental e social. É preciso ter uma visão integral das variedades econômicas e a demanda de uma política urbana sustentável. A direção a ser tomada tem de priorizar o transporte público, com mais metrô e outras formas inteligentes de transporte.”

JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ
Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil de São Paulo